



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

LINHA DE PESQUISA: FUNDAMENTOS E INSTITUTOS JURÍDICOS DA PROPRIEDADE E DA POSSE

DISCIPLINA: VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE NOS CONFLITOS AGRÁRIOS

DOCENTE: ADEGMAR JOSÉ FERREIRA - Pós-Doutor

CARGA-HORÁRIA: 45 horas

1.EMENTA

- 1.1. Violência, criminalidade e conflitos agrários;
- 1,2. Gênese;
- 1,3. Estado, Poder e Aparelhos de controle;
- 1.4. Agências de controle social (sistema brasileiro de Justiça);
- 1.5. Justiça Agrária e juízo de censura criminal;
- 1.6. Dimensão da Violência real e simbólica no campo;
- 1.7. As ciências criminais, o ilícito penal e o Direito posto;
- 1.8. Dos mecanismos de controle e da criminalização dos movimentos camponeses;
- 1.9. Das penas e suas espécies

2.OBJETIVOS

Estudo sistemático da violência, criminalidade e conflitos agrários, contextualizando-o no conjunto das ciências criminais e sua interface com outras áreas e corrente do pensamento jurídico, investigando-o com a necessária acuidade, percuciência e verticalidade, particularizando a análise das infrações penais decorrentes dos conflitos agrários, na dicotomia: crime e contravenção agrários, numa perspectiva epistemológica, sintonizando-se o mestrando, cada vez mais ao aprimoramento intelectual, aprofundando seus conhecimentos para o mundo das ideias, dando-lhe maior abrangência de visão acadêmico-científica quanto à disciplina objeto de estudo.

3. PROGRAMAÇÃO

3.1. Discriminação do conteúdo

3.1. DO PLANO

- 3.2. Apresentação da disciplina e respectiva bibliografia;
- 3.3. Comunicação de estratégias didático-pedagógicas e instrumentos de avaliação;
- 3.4. Violência, criminalidade e conflitos agrários;
- 3.5. Gênese;
- 3.6. Estado, Poder e Aparelhos de controle;
- 3.7. Agências de controle social (sistema brasileiro de Justiça);
- 3.8. Justiça Agrária e juízo de censura criminal;
- 3.9. Dimensão da Violência real e simbólica no campo;
- 3.10. As ciências criminais, o ilícito penal e o Direito posto;
- 3.11. Dos mecanismos de controle e da criminalização dos movimentos camponeses;
- 3.12. Das penas e suas espécies.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Conteúdo	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Apresentação da disciplina e respectiva bibliografia; Comunicação de estratégias didático-pedagógicas e instrumentos de avaliação.	18				
Fundamentos e Conceitos	18 25				
Violência, criminalidade e conflitos agrários		01 e 08			
Gênese; Estado, Poder e Aparelhos de controle		15 e 22			
Agências de controle social (sistema brasileiro de Justiça)		29			
Justiça Agrária e juízo de censura criminal		15, 22 e 29			
Dimensão da Violência real e simbólica no campo			6, 13, 20 e 27		
Dimensão da Violência real e simbólica no campo; Encerramento do conteúdo da disciplina.				3, 10, 17 e 24.	1, 8 e 15.

5. ESTRATÉGIAS DE ENSINO – Descrição das Estratégias

- 5.1. Aulas expositivas, com recursos de projeção em tela;
- 5.2. Recursos audiovisuais (slides, transparências e filmes técnicos);
- 5.3. Realização de seminários pelos mestrandos;
- 5.4. Adoção de textos atualizados;
- 5.5. Disponibilização da bibliografia básica e complementar para consultas pelos mestrandos.

6. RECURSOS DISPONÍVEIS - Descrição dos Recursos

- 6.1. Fichas técnicas;
- 6.2. Resumos/sinopses;
- 6.3. Disposição no quadro branco e pincel;
- 6.4. data-show;
- 6.5. Projeção de slides e de transparências ilustrativas;
- 6.6. Documentários e filmes técnico-científicos.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO – Descrição dos Critérios

- 7.1. Avaliações escritas a partir de relatórios de leitura;
- 7.2. Avaliações a partir de seminários, mesas e colóquios;
- 7.3. Participação (interesse/freqüência) do mestrando nas aulas teóricas
- 7.4. Atividade acadêmica coletiva (em grupo);
- 7.5. Trabalho escrito (elaboração de fichas técnicas, artigos e resenhas);
- 7.6. Apresentação de seminários (em grupos), elaboração de textos para compor capítulos de livro.

8. BIBLIOGRAFIA

AMBOS, Kai; CHOUKR, Fauzi Hassan, A reforma do Processo Penal no Brasil e na América Latina, São Paulo: Método, 2001.

_____, (Orgs.) Tribunal Penal Internacional - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de, Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima: Códigos da violência na era da globalização- Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____, A ilusão de segurança Jurídica: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

BENEVIDES FILHO, Maurício. A Sanção Premial no Direito, Brasília: Brasília Jurídica, 1999.

BOBBIO, Norberto, A Era dos Direitos, Rio de Janeiro: CAMPUS, 1992.

CHOUK, Fauzi Hassan, Garantias constitucionais na investigação criminal, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda (Cord.), Crítica à Teoria Geral do Direito Processual Penal- Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

CRUET, Jean, A Vida do Direito e a Inutilidade das Leis, 2ª. Ed. São Paulo: EDJUR, 2003.

DIAS, Jorge de Figueiredo, Questões Fundamentais do Direito Penal revisitadas – São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1999.

DÓRO, Tereza Nascimento Rocha, Princípios do Processo Penal Brasileiro. São Paulo: Copola, 1999.

FERNANDES, Antônio Scarance, Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

FERRAJOLI, Luigi, Derechos e Garantias, Madrid: Trota, 2001.

FRADE, Laura, Quem mandamos para a prisão: Visões do Parlamento Brasileiro sobre a Criminalidade, Brasília: Liber Livro, 2008.

FOUCAULT, Michel, Vigiar e Punir, Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. A Microfísica do Poder, Org., e trad., Roberto Machado, Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GIORGI, Alessandro De, A Miséria governada através do sistema penal, Rio de Janeiro: Revan, 2006.

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. A motivação das decisões Penais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

GOMES, Luiz Flávio; BIANCHINI, Alice. O Direito Penal na era da globalização. São Paulo: Revista dos Tribunais (Série as Ciências Criminais no Século XXI) v.10, 2002.

GRECO FILHO, Vicente. Tutela constitucional das liberdades. São Paulo: Saraiva, 1999.

MORAES, Alexandre, Direitos Humanos Fundamentais; Teoria Geral, comentários aos arts., 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 3.ed., São Paulo: Atlas, 2000.

PASCHOAL, Janaína Conceição, Constituição, Criminalização e Direito Penal Mínimo- São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

PEREIRA, Cláudio José, - Princípio da oportunidade e justiça penal negociada. São Paulo; Juarez de Oliveira, 2002.

SANTOS, Pedro Sérgio dos, Direito Processual Penal & A Insuficiência Metodológica A Alternativa da Mecânica Quântica. Curitiba: Juruá, 2004.

SICA, Leonardo, Direito Penal de Emergência e Alternativas à Prisão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SILVA, Eduardo Araújo da, Ação Penal Pública: Princípio da oportunidade regrada. Aplicação nos Juizados Especiais Criminais. Doutrina e Jurisprudência, 2ª.ed : São Paulo, Atlas, 2000.

TUCCI, Rogério Lauria, Teoria do Direito Processual Penal: Jurisdição, Ação e Processo Penal (Estudos Sistemáticos), São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2002.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl, Em busca das penas perdidas: A Perda de legitimidade do sistema penal, Rio de Janeiro: Revan, 1989.

Constituição Federal;

Códigos Penal e Processo Penal